

HG 759 Tópicos Especiais em História da Filosofia Moderna 11

Graduação, 1º semestre de 2017

Prof. Silvio Seno Chibeni - Departamento de Filosofia, IFCH, Unicamp

Exame (10/7/2017.)

Observações:

- É permitida a consulta a textos impressos, exclusivamente, textos esses que não poderão circular entre os alunos.
- Questões com valores iguais (2,0 cada).
- Responda de forma *objetiva*. Seja sucinto, mas não esquemático. Cuide para que cada sentença faça sentido completo e seja compreensível por uma pessoa que não conheça o assunto. Indique o número da questão e os *sub-itens* que está respondendo. Não responda em bloco.

Questões:

(Responda a 5, e **apenas 5**, das 8 questões a seguir, escolhendo-as livremente. Nas respostas, mantenha a numeração das questões.)

1. a) Como, no cap. 4, parágrafos 1 e 2, da *Investigação sobre o Entendimento Humano (EHU)*, Hume distingue *epistemologicamente* (i.e. quanto ao modo em que as conhecemos) as *relações de ideias* das *questões de fato*? (Apresente o critério e dê um exemplo de cada, diferentes dos dados por Hume.) b) Qual a questão epistemológica central, envolvendo o conhecimento de questões de fato, a ser investigada por Hume, tal qual identificada em *EHU* 4.3? c) Qual a resposta direta de Hume a essa questão, dada no parágrafo 4?
2. a) Considerando o que Hume diz no parágrafo 4 do cap. 1 da *Investigação sobre os Princípios da Moral (EPM)*, como os filósofos antigos e os filósofos modernos teriam se posicionado, respectivamente, diante das duas opções para fundamentar a moral identificadas no parágrafo precedente (3)? (Sua resposta deve deixar claro o conflito que Hume afirma existir, em ambos os casos, entre o que esses filósofos defendiam teoricamente e o que de fato fizeram, quanto à busca de uma fundamentação da moral.)
3. Qual, em síntese, segundo o que Hume expõe nos parágrafos 6 a 8 desse mesmo capítulo de *EPM*, o argumento a favor da tese de que as “determinações morais resultam dos *sentimentos*”?
4. No *Tratado da Natureza Humana (THN)* seção 2.1.2, Hume começa a análise das paixões do orgulho e da humildade, distinguindo seus *objetos* de suas *causas*. Exponha a distinção e indique a proposta de Hume sobre o que constitui o objeto, e as causas, dessas paixões.
5. Para confirmar sua teoria sobre as quatro paixões “indiretas” do orgulho e humildade, amor e ódio, Hume apresenta oito “experimentos”, em *THN* 2.2.2. Exponha e explique brevemente 4 desses experimentos.
6. a) Em *THN* 2.3.1 e 2, Hume discute o clássico problema do *livre-arbítrio*, ou, na expressão preferida por Hume, da “liberdade da vontade”. Ele defende que essa liberdade não existe, ou seja, que a vontade é inteiramente determinada por causas. Quais, segundo Hume, seriam tais causas? b) Hume argumenta a favor dessa tese traçando um paralelo com a forma pela qual os filósofos naturais da época defendiam que, no mundo físico, os corpos, em suas operações, também eram determinados completamente por causas (o que hoje chamamos de “*determinismo*”). Qual é o paralelo? (Na resposta destaque, em especial, qual é o fator *empírico* que, em ambos os casos – corpos e mentes – mostraria que as respectivas operações são, de fato, estritamente determinadas por causas.)
7. Ao considerar, em *THN* 2.3.2, certas possíveis objeções à sua tese, Hume traça, logo no primeiro parágrafo da seção, uma distinção entre *liberdade de espontaneidade* e *liberdade de indiferença*. Explique-a, dando exemplos.
8. A partir do terceiro parágrafo dessa mesma seção 2.3.2, Hume rebate a crítica de que sua tese da necessidade das ações humanas (i.e. da inexistência de livre-arbítrio) seria nociva à moral. Como, em linhas gerais, Hume defende, a partir do quinto parágrafo, que na verdade ela é *essencial* para a defesa da moral?

Correção

1. a) Relações de ideias podem ser conhecidas a priori, pelas meras operações do pensamento (intuição e demonstração), sem referência a o que exista em qualquer parte do universo. Exemplo: podemos demonstrar que em qualquer triângulo as bissetrizes dos ângulos internos se encontram em um único ponto. Já as questões de fato só podem ser conhecida pela experiência, ou seja, a posteriori, pela operação dos sentidos externos ou internos (“reflexão”). Exemplo: Somente por observação sensorial podemos conhecer diretamente que a Torre Eiffel fica às margens do Rio Sena. b) Como podemos nos assegurar acerca de questões de fato que não tenham sido observadas, ou seja, que não resultem do “testemunho presente dos sentidos ou dos registros da memória”? c) Hume sustenta que o único meio para alcançarmos algum conhecimento (ou, mais propriamente, crença) acerca de tais questões de fato é a relação de causa e efeito, ou seja, deve haver alguma questão de fato conhecida que seja a causa ou o efeito da questão de fato acerca da qual pretendemos nos informar.
2. Os filósofos antigos frequentemente diziam que a moral tinha bases racionais (ou seja, que “a virtude não é nada mais do que a conformidade com a razão”), mas acabavam efetivamente considerando a moral como derivada do gosto e dos sentimentos. Os modernos caem na situação oposta, ou seja, embora frequentemente enalteçam a virtude por sua “beleza”, i.e., por ser um sentimento parecido com o sentimento estético, comumente tentaram tratá-la por “raciocínios metafísicos e como deduções dos mais abstratos princípios do entendimento”.
3. A virtude e o vício têm, como essência, serem “agradáveis” (*amiable*) ou “odiosos” (*odious*). Mas nenhuma argumentação racional pode levar a tais sentimentos. A razão é a faculdade que se encarrega de descobrir a verdade. Ela não pode nos mobilizar a vontade, fazendo-nos seguir este ou aquele curso de ação. Esse assunto tinha sido amplamente explorado no Tratado 2.3.3, seção intitulada “Sobre os motivos que influenciam a vontade”.
4. O objeto de uma paixão é o item para o qual ela dirige nosso sentimento. Neste caso do orgulho e humildade, o objeto é o mesmo, a saber, o “eu” (self). Quem sinta tais paixões tem sempre a atenção voltada para si próprio. Já a causa de uma paixão é, evidentemente, o que faz com que ela surja, o item que desencadeia o sentimento, em primeiro lugar. Tanto no caso do orgulho como da humildade, tais causas podem ser variadas. O que há de comum nas causas do orgulho é alguma qualidade agradável de algo ligado ao eu (e.g. a beleza de minha casa, a bondade de meu filho). Para a humildade, a causa é, ao contrário, uma qualidade desagradável de algo a mim ligado (e.g. o desgrenhamento de meus cabelos, a corrupção reinante em meu país).
5. O quadro sinótico dos 8 experimentos, tal qual, elaborado pelo professor, é (onde S é o self, O e P outras pessoas):

experiment	relation of impressions	relation of ideas	pride	love
1				
2		✓		
3	✓			
4	✓	✓	✓ (cause related to S)	✓ ✓ (cause related to O)
5	✓	✓	✓ (O related to S)	← ✓ (cause related to O)
6	✓	✓	✓ (cause related to S)	(O related to S)
7	✓	✓		✓ (cause related to O) → ✓ (P related to O)
8	✓	✓	✓ (cause is O praising S)	✓ (O related to S)

Explicitando os quatro primeiros experimentos:

- a) 1. Considere João e José, duas pessoas sem nenhuma relação próxima, diante de um objeto que não cause prazer ou dor a nenhum deles, como uma pedra comum. João, ao observar a pedra, não sentirá nem orgulho, nem humildade, nem amor, nem ódio. Na teoria de Hume, isso é esperado, pois não existe nem uma relação de ideias entre a pedra e os dois homens, nem de impressões: a pedra não produz nem prazer nem dor em ninguém.
 - b) 2. Suponha agora que a pedra seja propriedade de João. De novo, nenhuma paixões surgirá em João, pois não há relação de impressões: a pedra não produz nem prazer nem dor, e portanto nem orgulho nem humildade em João.
 - c) 3. Assuma agora a situação inversa, em que haja uma relação de impressões, mas não de ideias: por exemplo, que a pedra seja muito bonita, e causa prazer ao ser vista, mas não seja nem de João nem de José. De novo, João não será possuído de orgulho nem de humildade, amor ou ódio.
 - d) 4. Suponha, no quarto experimento, que ambas uma relação de ideias e uma relação de impressões estejam presentes: por exemplo, que a pedra bonita pertença a João. Neste caso, ele sentirá orgulho por possuir a pedra. Se a pedra pertencer a José, João sentirá amor por José, por ser ele o dono de tal beleza.
6. a) Segundo Hume, as causas que, conjuntamente, determinariam a vontade são o caráter da pessoa, os seus motivos e as circunstâncias em que faz a escolha. b) O paralelo está em que tanto no mundo mental como no físico as ocorrências estariam completamente determinadas por causas: no primeiro, pelos três fatores apontados, no segundo, por determinados objetos com determinadas propriedades: por exemplo, a ocorrência de um dado som seria causada por tal ou tal corpo em vibração. Em ambos os casos, a existência de uma amarração causal seria patenteada, no nível empírico, pela regularidade das ocorrências e dos fatores mentais ou físicos antecedentes, ou, na expressão favorita de Hume, pela “conjunção constante” dos objetos ou eventos.
7. A liberdade de espontaneidade é a liberdade que alguém possua para agir, no sentido de não encontrar entraves externos para sua ação. Ela se opõe, portanto, ao cerceamento das ações. Por exemplo, alguém que esteja na prisão não é livre para passear pela praia. A liberdade de indiferença seria a suposta indeterminação da vontade, no caso do homem, ou dos eventos físicos, no caso do mundo corporal. Ela equivaleria ao acaso, à negação da necessidade ou de causas. É isso que Hume e os filósofos naturais modernos argumentam não existir (cada um a seu modo).
8. Tanto as leis morais humanas como as divinas dependem da suposição de que punições e recompensas constituam motivos para ação. Ora, isso só é possível se elas forem causas de ações, levando o agente a não agir ou agir em determinados sentidos. Portanto, teríamos aqui um caso em que fica clara a dependência da moral da necessidade no mundo mental (§5). No parágrafo seguinte (§6), Hume expõe outra ligação entre a sua tese da necessidade das deliberações da vontade e a moral: Sem que a vontade fosse determinada pelo caráter (e motivos e circunstâncias), não se poderia infligir punições ao agente, quando age mal, nem lhe dar recompensas, quando age bem. Dizendo de outra forma: “Segundo a doutrina da liberdade ou do acaso, essa conexão [entre a ação e o caráter do agente] seria reduzida a nada; os homens não seriam mais responsáveis (*accountable*) pela ações planejadas e premeditadas do que o são pelas mais casuais e acidentais das ações.” “É apenas pelos princípios da necessidade que uma pessoa adquire mérito ou demérito por suas ações”.